

PROCESSO Nº
91/14

REG. PROC. Nº
06

FOLHA Nº
10v

FL. 1



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

AUT. LEI 47/14

PROJETO DE LEI Nº 47/14

Altera e acrescenta dispositivos a Lei 2.733/04, que obriga as
agências bancárias, no âmbito do município, a colocar número
de caixas suficientes ao atendimento do munícipe em tempo razoável

Autor: de Ver. José S. Zachariotto

AUTUAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de 2014
autuo o P.L. nº 47/14 em frente

Eu,

,subscrevi



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI N.º 47 / 2014

Altera e acrescenta dispositivos da Lei 2.733, de 02.04.04, que obriga as agências bancárias, no âmbito do município, colocar número de caixas suficientes ao atendimento do munícipe em tempo razoável.

Artigo 1º - Os artigos 2º e 4º da Lei nº 2.733, de 02 de abril de 2.004, que obriga as agências bancárias, no âmbito do município, colocar número de caixas suficientes ao atendimento do munícipe em tempo razoável, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 2º - Para os fins colimados nesta lei, conceitua-se como tempo razoável para atendimento:

- I – até 20 (vinte) minutos em dias normais;***
- II – até 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados, ou, ainda quando coincidir com o 5º (quinto) dia útil do mês, data legal do pagamento de empregados.***


Parágrafo 1º - As agências bancárias, de que trata esta lei, deverão afixar, em local visível, placa informativa com os seguintes dizeres:

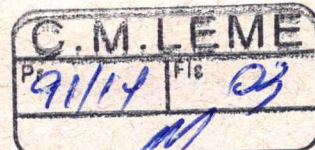
REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 91

fls 10v, do Registro de Processo nº 06

Leme, 28 de 10 de 20 14

Funcionário 



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

"TEMPO DE ATENDIMENTO

Nos termos dos incisos I e II, da Lei Municipal n.º 2.733, de 02 de abril de 2004, o tempo para espera na fila é de 20 (vinte) minutos em dias normais e 30 (trinta) minutos em vésperas e após feriados prolongados ou quando coincidir com o quinto dia útil do mês, data legal para pagamentos de empregados, sob pena prevista no artigo 4º da Lei. Em caso de descumprimento encaminhar-se ao Núcleo de Fiscalização de Posturas do Município e denuncie."

Parágrafo 2º - As agências bancárias deverão entregar aos clientes, no início do atendimento, comprovante do tempo em que este foi atendido."

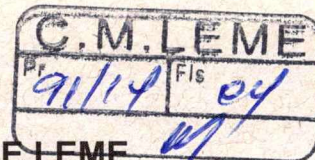
"Artigo 4º - O não cumprimento das disposições desta lei, sujeitará a infratora às seguintes punições:

- I – advertência escrita;**
- II – multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), na 1ª (primeira) reincidência;**
- III – multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), até a 5ª (quinta) reincidência;**
- IV – suspensão do alvará de funcionamento, após a 5ª (quinta) reincidência;**

Parágrafo Único - As multas cominadas neste artigo, serão reajustadas anualmente de acordo com a inflação ocorrida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, a partir do período correspondente ao ano de 2014, com base em



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



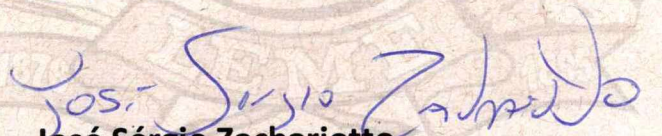
percentual medido pelo IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para cada período."

Artigo 2º - As agências bancárias terão prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente lei, para se adequarem à sua exigência.

Artigo 3º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Palmiro Ferreira Vieira, em 24 de outubro de 2.014.


José Sérgio Zachariotto

Serginho Lanches

Vereador

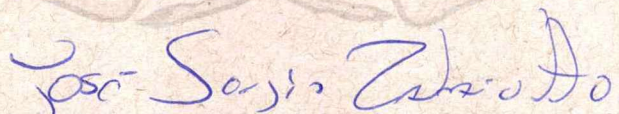


JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por finalidade dar publicidade, nas agências bancárias, do tempo que as agencias bancarias tem para atender os clientes de nossa cidade.

Como a presente regra não está sendo divulgada, a população, não sabendo disso, passa a ser atendida em tempo superior do que a lei estipula, com isso eximindo essas instituições de cumprirem a presente lei.

Desta forma, a nova redação dada ao artigo 2º da Lei 2.733, de 02 de abril de 2004, obrigará estas instituições a fixarem placas indicativas dando publicidade ao assunto e dando possibilidade dos cidadãos lemenses a buscarem seus direitos e fazerem cumprir a lei.


José Sérgio Zachariotto

Serginho Lanches

Vereador

A Procuradoria Jurídica
para parecer em 28/10/14

PRESIDENTE

JUNTADA

Em 28 de outubro de 20 14

raço juntada a estes autos do parecer
jurídico

Funcionário mg



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr 91/14	Fis 06
mg	

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47/2014

EMENTA: "Altera e acrescenta dispositivos da Lei 2.733/04, que obriga as agências bancárias, no âmbito do município, a colocar número de caixas suficientes ao atendimento do munícipe em tempo razoável".

AUTORIA: Vereador José Sergio Zachariotto

PARECER

Senhor Presidente.

O presente Projeto de Lei é legal e está bem redigido e instruído, portanto, em condições de iniciar a sua tramitação pela Casa.

S.M.J. era o que tínhamos a opinar.

Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin",
em 28 de outubro de 2.014

Paulo Augusto Hildebrand
Procurador Jurídico

Ao Expediente

28/10/2014

PRESIDENTE

ACORDÃO (D.E.) de

C.J.E.	<input checked="" type="checkbox"/>
O.E.C.	<input checked="" type="checkbox"/>
O.S.J.	<input type="checkbox"/>
S.E.C.L.I.	<input type="checkbox"/>
P.U.O.P.S.	<input type="checkbox"/>

Em 28 / 10 / 14

VISTA

Em 29 de outubro de 20 14

Com vista as Comissões

Funcionário

JUNTADA

Em 30 de outubro de 20 14

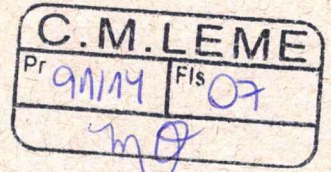
foi juntada a estes autos da parte
aço juntada a estes autos

das comissões

Funcionário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI N.º 47/2014

EMENTA: Altera e acrescenta dispositivos a Lei 2.733/04, que obriga as agências bancárias, no âmbito do município, a colocar número de caixas suficientes ao atendimento do município em tempo razoável.

AUTORIA: José Sergio Zachariotto

PARECER CONJUNTO

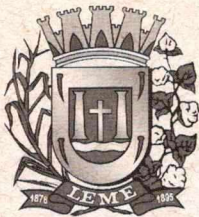
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
E
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE;**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresenta um único relatório, o qual é também o seu respectivo voto:

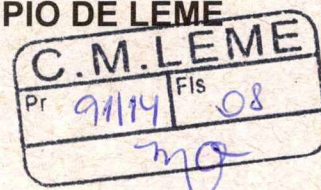
1-) Trata-se de Projeto de Lei Complementar, de autoria do Nobre Vereador José Sergio Zachariotto (SERGINHO LANCHES) que busca regulamentar a publicidade, nas agências bancárias, do tempo de atendimento para os clientes de nossa Cidade.

2-) Portanto, no que concerne a Comissão de Constituição Justiça e Redação, entendemos que o projeto em questão, não ofende as Normas Superiores e, estando bem redigido e instruído, razão por que esta Comissão é **FAVORÁVEL** à tramitação do mesmo.

3-) Já no tocante à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, entendemos presente o interesse e a conveniência, principalmente porque, trará ao cidadão o conhecimento de seus direitos em relação ao tempo em que deve ser atendido nas agências bancárias de nossa Cidade. Traz ainda informações no tocante a quem este cidadão deve recorrer para ter seus direitos preservados.



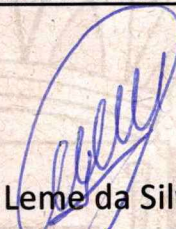
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



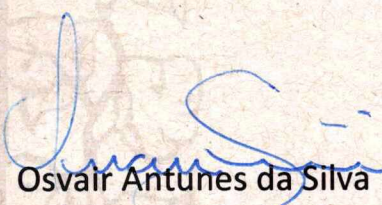
4-) Diante disso, a **Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade**, por unanimidade de seus Membros são **FAVORÁVEIS** à apreciação e aprovação do projeto em questão, pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira",
em 30 de outubro de 2014.

Pela Comissão C. J. e R.

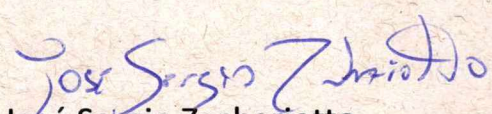

Eduardo Leme da Silva
Presidente

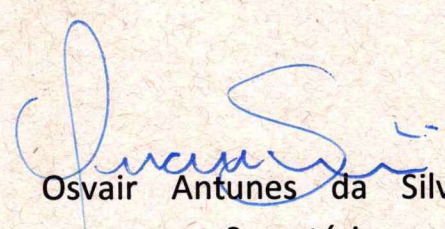

Gilson Henrique Lani
Vice-Presidente


Osvald Antunes da Silva
Secretário

Pela Comissão O.F.C.


Francisco Ferreira da Silva
Presidente


José Sergio Zachariotto
Vice-Presidente


Osvald Antunes da Silva
Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr	Fls
97/14	09
<i>mg</i>	

A Ordem do Dia

03 / 11 / 2014

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 47/14, APROVADO POR UNANIMIDADE, EM 1ª E 2ª VOTAÇÃO.

Em, 03 de novembro de 2014.

[Signature]
José Eduardo Giacomelli
Presidente





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei nº 47/14, altera e acrescenta dispositivos a Lei nº 2.733, de 02.04.04, que obriga as agências bancárias, no âmbito do município, colocar número de caixas suficientes ao atendimento do munícipe em tempo razoável.

Artigo 1º - Os artigos 2º e 4º da Lei nº 2.733, de 02 de abril de 2.004, que obriga as agências bancárias, no âmbito do município, colocar número de caixas suficientes ao atendimento do munícipe em tempo razoável, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 2º - Para os fins colimados nesta lei, conceitua-se como tempo razoável para atendimento:

- I – até 20 (vinte) minutos em dias normais;**
- II – até 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados, ou, ainda quando coincidir com o 5º (quinto) dia útil do mês, data legal do pagamento de empregados.**

Parágrafo 1º - As agências bancárias, de que trata esta lei, deverão afixar, em local visível, placa informativa com os seguintes dizeres:

"TEMPO DE ATENDIMENTO

Nos termos dos incisos I e II, da Lei Municipal n.º 2.733, de 02 de abril de 2004, o tempo para espera na fila é de 20 (vinte) minutos em dias normais e 30



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

(trinta) minutos em vésperas e após feriados prolongados ou quando coincidir com o quinto dia útil do mês, data legal para pagamentos de empregados, sob pena prevista no artigo 4º da Lei. Em caso de descumprimento encaminhar-se ao Núcleo de Fiscalização de Posturas do Município e denuncie.

Parágrafo 2º - As agências bancárias deverão entregar aos clientes, no início do atendimento, comprovante do tempo em que este foi atendido.

“Artigo 4º - O não cumprimento das disposições desta lei, sujeitará a infratora às seguintes punições:

- I – advertência escrita;***
- II – multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), na 1ª (primeira) reincidência;***
- III – multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), até a 5ª (quinta) reincidência;***
- IV – suspensão do alvará de funcionamento, após a 5ª (quinta) reincidência;***

Parágrafo Único - As multas cominadas neste artigo, serão reajustadas anualmente de acordo com a inflação ocorrida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, a partir do período correspondente ao ano de 2014, com base em percentual medido pelo IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para cada período.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 2º - As agências bancárias terão prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente lei, para se adequarem à sua exigência.

Artigo 3º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de publicação revogadas as disposições em contrário.

Leme, 04 de novembro de 2014.


José Eduardo Giacomelli

Presidente

